



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria
da República
no Rio de Janeiro

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Escolas da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE
Tanque, Rio de Janeiro, RJ

No dia 11 de maio de 2015, das 14h às 17h, estavam presentes no auditório da Escola Municipal Pio X, na Rua Serra Negra, nº 103, Tanque, Rio de Janeiro-RJ, os Procuradores da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro e Dr. Sérgio Luiz Pinel Dias, os Promotores de Justiça Dra. Débora Vicente, Dra. Isabel Kallmann e Dr. Rogério Pacheco, a Coordenadora da 7ª CRE, Sra. Sônia Marques e a Coordenadora de Gestão e Governança, Sra. Kátia Max, representando a Sra. Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro, ausente, justificadamente, para realização da audiência pública com o objetivo de identificar as variantes responsáveis pelos baixos índices apontados (IDEB), bem como ouvir os órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, comunidade e instituições locais sobre as demandas na área, de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal e Estadual do Rio de Janeiro, destinada à defesa dos direitos envolvidos sob a perspectiva nas matérias de suas atribuições.

A audiência pública teve início com os esclarecimentos prestados pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Sérgio Pinel acerca da finalidade da audiência pública destacando que o Projeto MPEduc no Município do Rio de Janeiro ainda está em fase de diagnóstico da situação escolar na 7ª CRE, sendo de suma importância ouvir o que os presentes têm a dizer.

Em seguida, a Dra. Débora Vicente falou sobre as atribuições do Ministério Público, destacando a defesa dos direitos fundamentais, como a educação, e a fiscalização de sua prestação, com a análise da qualidade dos serviços prestados pelo Governo. Enfatizou que a criação do MPEduc deu-se para que o MPE e o MPF atuem em conjunto, identificando problemas e pensando soluções.

O Dr. Sérgio Pinel fez um levantamento e constatou que a maioria dos presentes eram professores e diretores, alguns conselheiros tutelares e poucos pais de alunos.

A Dra. Isabel Kallmann fez uma rápida apresentação destacando estar na linha de frente para solucionar as questões que forem apresentadas na audiência pública.

A Dra. Maria Cristina Manella observou que o objetivo



principal do MPEduc é elevar a qualidade dos serviços de educação. Esclareceu que o objetivo da presente audiência é ouvir os professores, diretores e pais. Aduziu que o projeto foi desenvolvido em parceria entre os Ministérios Públicos e também com o Município e gestores locais, e visa atuar extrajudicialmente, já estando implementado em 180 municípios brasileiros. Apresentou o exemplo do Município de Alto Alegre, em Roraima, onde todas as escolas foram visitadas e realizadas reuniões com todos os conselhos e gestores, levando à expedição de 19 recomendações, muitas já cumpridas, e outras ainda em acompanhamento. Mostrou fotos com a evolução estrutural das escolas visitadas. Apresentou slides trazendo informações sobre o Índice Educacional – IDEB – calculado com base no fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) e a média de desempenho escolar, sendo que o Município do Rio de Janeiro apresentou IDEB de 5,3 em 2013, quando o esperado seria de 6,0. Tais informações podem ser obtidas no site do INEP (www.inep.gov.br) ou no próprio site do MPEduc (mpeduc.mp.br). Destacou que o MEC/FNDE desenvolveu programas para fomentar políticas públicas para educação e tem investido muito na educação básica, sendo os principais recursos para os programas de alimentação escolar, pro-infância, dinheiro direto na escola, quadras escolares (Pac-2) e salas de recursos multifuncionais informações que podem ser encontradas no site painel.mec.gov.br, infelizmente atualizado apenas até 2013.

Em continuidade, esclareceu que o FUNDEB é um fundo estadual formado principalmente com recursos de impostos transferidos pelos Estados, DF e Municípios, e que todos os recursos gerados são redistribuídos para aplicação exclusiva na educação básica, e que o Salário Educação tem previsão constitucional e é uma contribuição social destinada ao financiamento da educação. Assim, somados todos os recursos, o Município do Rio de Janeiro recebeu quase R\$ 6 bilhões, de modo que indagou se a situação precária em que se encontram as escolas se justifica. Afirmou, ainda, que 60% dos recursos recebidos pelo Município devem ser aplicados na remuneração dos professores.

Ponderou que os Conselhos Sociais existem na teoria, para que os Estados e Municípios possam receber recursos federais, mas que, na prática, não funcionam, principalmente por falta de participação dos cidadãos. Informou que o site do MPEduc tem vídeos tutoriais didáticos que ensinam os cidadãos a fiscalizar as verbas para a educação e ressaltou que o cidadão é o maior agente fiscalizador.

Na sequência, o Dr. Sérgio Pinel expôs em apresentação de slides as recomendações que já foram expedidas ao Município e que estão divulgadas no site do MPEduc, ressaltando a importância de sua divulgação, pois a participação de todos no controle do cumprimento das recomendações é muito importante. Considerou que o problema é de gestão, não tendo identificado, até o momento, situações de má-fé ou desvio de verbas.



Passada a palavra à Sra. Sônia Marques, Coordenadora da 7ª CRE, foi reiterado que o Município está em parceria com o MP e que as recomendações foram recebidas e trabalhadas em conjunto com o nível central, onde foi feita reunião com todos os departamentos para responder a todos os itens das recomendações, pois o objetivo comum é trazer educação de qualidade para os alunos.

Em seguida, a Sra. Kátia, representante da Secretaria Municipal de Educação, ressaltou que a CRE tem representatividade, e que são realizadas reuniões bimestrais com a Secretária de Educação. Informou que são 1457 escolas na rede pública municipal e que cada unidade deve ter gestores que participem e apresentem os problemas ao CRE. Destacou a importância não apenas na prestação de contas dos recursos recebidos, mas também do planejamento prévio. Teceu, ainda, algumas considerações acerca das recomendações recebidas pelo Município, que ainda estão no prazo para cumprimento.

Pelo Dr. Sérgio Pinel foi esclarecido que cada recomendação tem um prazo específico para cumprimento, podendo variar de 30 a 180 dias.

Neste momento, a audiência foi aberta para as colocações da comunidade.

O representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE - informou que 71% das escolas não foram visitadas ainda, mas que existe um cronograma dividido por etapas e a 7ª CRE está no cronograma deste ano.

A Dra. Maria Cristina Manella considerou que o cronograma de visita deveria ser divulgado, mas o representante do CAE ponderou que não é bom divulgar o cronograma para as escolas, para que a fiscalização seja mais efetiva. Por fim, informou que o CAE está no Facebook e possui Blog na internet, sendo que em primeiro lugar deve estar a qualidade da alimentação das crianças.

Na sequência, foi ouvida a Sra. Jucimary, conselheira tutelar e do FUNDEB, que destacou que o mandato de 2 anos é muito curto e não dá tempo de conhecer as questões a fundo. Informou que o Conselho Tutelar tem muito embates com a CRE e que a maior dificuldade é manter as crianças na escola. Destacou que os Espaços de Desenvolvimento Infantil – EDI – são muito bons, mas que algumas crianças que precisam estar em período integral não conseguem, em razão da redução da carga horária, medida tomada em razão da falta de professores, ressaltando a necessidade de realização de concurso público para a educação infantil.

A Dra. Débora Vicente observou que a redução do turno é uma forma de aumentar o número de vagas, mas que essa é uma medida paliativa, pois não é o que prevê a Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Ressaltou que não pode



haver retrocesso em relação ao aluno: se ele já estava em horário integral não pode ser reduzido para parcial.

Em seguida, foi ouvida a Sra. Sônia Regina, do Ciep Dr. Adelino, que questionou a forma de divisão dos R\$5 bilhões recebidos, pois se divididos entre as 1457 escolas municipais, daria cerca de R\$ 4 milhões por ano por escola, indagando que parte disso vai para a remuneração dos professores, pois não parece ser 60% desse valor.

O Dr. Sérgio Pinel explicou que o FUNDEB é um fundo único dos entes federativos, que é dividido conforme o número de matrículas de alunos na rede pública.

A Dra. Débora Vicente acrescentou que o gestor fica vinculado à aplicação de alguns recursos e que o FUNDEB determina que 60% do valor recebido deve ser aplicado na remuneração dos profissionais, mas que esse não é o único recurso para custear os salários. Aduziu que os recursos do FUNDEB deveriam ser discriminados nos contracheques.

O Dr. Sérgio Pinel continuou, afirmando que os entes devem aplicar 25% dos recursos em educação, mas que o Município do Rio de Janeiro contabiliza nesse percentual o valor total recebido pelo FUNDEB, quando deveria contabilizar apenas o que investiu no fundo. Esclareceu que o Município do Rio de Janeiro contribuiu com cerca de R\$ 2 bilhões, mas recebeu de volta quase R\$ 6 bilhões.

Na sequência foi ouvido o Sr. Francisco Uchôa, pai de aluno, que informou que seu filho é uma criança com necessidades especiais, mas que na sua escola não tem professor acompanhante para integrá-lo à turma. Disse que faltam livros, o que dificulta que possa ajudar seu filho em casa, já que o único exemplar é o da professora, e os alunos não recebem livros para poder estudar em casa.

Em resposta, a representante da CRE que estava na plateia informou que há estagiários remunerados fazendo o acompanhamento de alunos especiais, mas não em número suficiente para atender a todos. Ressaltou que faltam interessados no estágio e que é o estagiário quem escolhe a localidade onde vai atuar. Informou que a divulgação desse estágio é feita nas universidades.

Por sua vez, a Sra. Kátia prometeu verificar a situação do filho do Sr. Francisco.

Na sequência, a Sra. Sônia Regina pediu novamente a palavra e ressaltou a necessidade de mais escolas com turno integral na educação básica.



Informou que já estamos no mês de maio, mas até o momento as escolas ainda não receberam material. Denunciou que os vigilantes foram retirados e a escola é invadida por vândalos à noite e nos finais de semana. Destacou que não há ônibus para fazer passeios escolares com os alunos. Reclamou que os professores não têm tempo para planejar as aulas, o que fazem enquanto os alunos estão na aula de educação física, quando tem, e ressaltou que os alunos não tem aulas de artes e música. Denunciou, ainda, que foi iniciada a construção de Centro de Reabilitação para Portadores de Deficiência em terreno do Ciep Dr. Adelino da Palma Carlos, localizado ao lado da Vila Olímpica, na Rua Cândido Benício, s/n, Praça Seca – Mato Alto, Jacarepaguá, mas que a construção está abandonada há mais de 3 anos, havendo apenas o esqueleto do prédio. Por fim, disse que a troca da Comlurb por empresa terceirizada piorou muito o serviço.

Em resposta, a representante da CRE que estava na plateia informou que a Comlurb saiu por decisão própria e que há um contrato emergencial em vigência enquanto está sendo feita nova licitação. Aduziu que o contrato com a empresa de vigilantes foi interrompido e está sendo feita licitação. Sobre o ônibus de passeio, disse que há contrato e são disponibilizados ônibus e verbas para passeios escolares, devendo a escola se cadastrar no sistema Rio Ônibus para ter acesso aos veículos de passeio.

O Sr. Francisco pediu a palavra para ponderar que as empresas não podem cancelar os contratos públicos sem cumprir aviso prévio, pois os serviços não podem ser descontinuados.

Em seguida, foi dada a palavra a Sra. Andreia, professora e conselheira de educação, que levantou a questão de 1/3 da carga horária para o planejamento das aulas. Ademais, ressaltou que as escolas não têm psicólogos escolares, nem assistentes sociais escolares, orientadores pedagógicos, fonoaudiólogos e etc., sendo que estes encargos também se acumulam para os professores. Concluiu que faltam profissionais capacitados direcionados para as escolas.

A Sra. Luciane, do CRE e representante dos pais, disse que infelizmente a maioria dos pais não comparece às reuniões, pois não se interessam em participar. Aduziu ser importante chamar os pais para a responsabilidade de participar da educação dos filhos.

A Sra. Kátia registrou a importância desses encontros para saber quais são as demandas e ressaltou estarem todos no mesmo time, buscando o mesmo resultado, sendo necessária a união dos esforços em prol da educação e a conscientização da família da importância de sua participação.

Para encerrar, a Dra. Maria Cristina Manella lembrou a frase



MPF
Ministério Público Federal

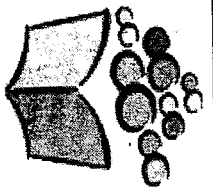
Procuradoria
da República
no Rio de Janeiro

que está no panfleto do MPEduc distribuído aos presentes: “*Quando a matéria é educação de qualidade, todos nós temos de fazer o dever de casa*”. Assim, a Dra. Isabel Kallmann disse a todos que anotou diversos pontos do que foi apresentado pelos presentes e que vai trabalhar em cima disso, fazendo também o seu dever de casa.

Beatriz Valladares Fonseca

Analista Processual

Matr. 25.122-4



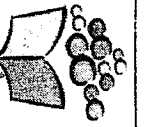
MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 11 DE MAIO DE 2015

Escola Municipal Pio X, Rua Serra Negra, nº 103, Tanque, Rio de Janeiro-RJ

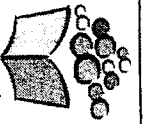
LISTA DE PRESENÇA

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Roberto Pellenes Alves	MPE/NT	rpacheco@mpbrj.mp.br
Isabel Kollmann	MERS	isabel.kollmann@mers.mr.br
Maria Alkestes dos S. Massig	1ª CRE	marinaalkeste@brturmail.com
Marcia Elizabeth N. da M. Viacut	Em Rota do Povo	marciabiz@rec.educacj.rj.gov.br
Ana Regina de Souza	EDI Dra Eilda Aires	ana.regina@pmail.com
Medu de Souza	PAPE/CEB	medu@pmail.com
Isabela de Souza	1ª CRE/EM	isabela@pmail.com
Mariana Costa de Jesus	1ª CRE/EM	mariana@pmail.com
Maura Cristina Lencina Gomes	FA CRE - PROTECO	mauracristina@pmail.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Gabriel de Almeida Barbosa	CM. Marapóia Gabriel	emgabriel@noctua.net
Natúcia Verônica de Mello Falcão	E/SUBE/CRF (04.34.50) Nup Lury (Caldas) Nely	cipapostes@ruedaca.net
Eliane Aparecida	E/SUBE/CEE (07.16.031) N. A. T. M. A.	emfmlua@ruedaca.net
Rosa Brúcia Cortes	E/SUBE/CEE (04.16.031) EM GABRIÃO DA TRUQUENA	emtaguena@ruedaca.net
Mariana Tarciana da Silva	E/SUBE/CRF (07.24.000) EDI Tereza Ruth (Caldas)	edirandose@ruedaca.net
Anna Beatriz Escobar Ribeiro	E/SUBE/ORE (07.24.000) EDI Tereza Ruth (Caldas)	anna_bie_escobar@chloel.com.br
Julia Dolmanno Guimarães	E/SUBE/CEE (07.24.806) EDI Tereza Ruth (Caldas)	julialdolmanno@ruedaca.net
Paula Tereza dos Santos Pereira	E/SUBE/CEE (07.16.031) EM Tereza Ruth (Caldas)	emterezaruth@ruedaca.net
Roberto José dos Reis Freitas	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	roberto@ruedaca.net
José Tadeu Beirão Júnior	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	josebeirao@ruedaca.net
Leila Ferreira	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	leilaferreira@ruedaca.net
Ana Helena de C. Sobral	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	ana.helena@ruedaca.net
Mônica Regina Cavalcanti Koshino	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	monikakoshino@ruedaca.net
Kelly Cristina B. da Silva	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	kellycristina@ruedaca.net
Thais Jureicia Liparda Costa	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	thaisjureicia@ruedaca.net
Mariana Cavalcanti Pereira	E/SUBE/CEE (07.16.031) E.M. Sempino	marianacavalcanti@ruedaca.net



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Marcia Soares dos Santos	E/SUBE/CE (07.24.018) EN. J. de Lebrakici	marcsoa@educacao.gov.br
Francisca de Sales Gomes	Diretora E/SUBE/CRE (09.24.010) ^{Emp. Br.} Fátima	francisca@educacao.net
Fânia Moura da Silva Mendonça	E/SUBE/CE 07.24.010 E.M. Regiane C. Faria	fania@educacao.net
Renata Paiva de Oliveira	E/SUBE/CRE (07.24.052) E.M. S. Brancatelli	renata@educacao.net
Mariellen de Castro Silva	E/SUBE/CRE (07. 4. 001) E.M. Alina Brito	mariellen@educacao.net
ELIANA LIMA SOUZA	E/SUBE/CRE (07.16.001) E.M. S. Marlene	eliana@educacao.net
FUSCA THOMAZ DA SILVA GARCIA	E/SUBE/CE (07.24.016) E.M. Hemetereus Santos	fusca@educacao.net
Flaviane dos Santos Mateus	E/SUBE/CE (07.16.006) E.M. D. A. M. F. Feliciano	flaviane@educacao.net
Roberta Almeida	E/SUBE/CRE (07.16.001) E.M. C. K. M. C. P. de O. Lima	roberta@educacao.net
Sandra Góssiler	E/SUBE/CE (07.16.001) E.M. Ana Maria N. Sampaio	sandra@educacao.net
Adelcio Aguiar de Eads Pereira	CEC EM Frederico Torres	adelcio@educacao.gov.br
Ana Valéria Martins Reis	Diretora da C/SUBE/CE (07.24.010) EN. I. Trilha	ana@educacao.net
Elisabete Saldanha Dias	Diretora EM Herberto Rangel	elisabete@educacao.gov.br
Mônica Sacramento	Diretora EM P. J. de O. Lima	monica@educacao.net
Lydia Regina Furtado Lima dos Santos	E/SUBE/CE (07.16.001) E.M. M. A. Almeida	lydia@educacao.net
Angela da Silva Perreira de Souza	E/SUBE/CE (07.16.001) E.M. B. de O. Lima	angela@educacao.net



MINISTERIO PUBLICO
PELA EDUCACAO
ESCOLA COM PARTICIPACAO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Regina Lucia Marques Blum Maura Dias do Valle Andréa Nascimento Yacynik	E/SUBE/CEOP EDI Proj Etica Educ Diretora de C.F. 04-16 GOI Otavio H. Oliveira E/SUBE/CE (04-16 GOI) C.H. Germinados Estrela	luizclank@netmail.com emoholiveira@proeduc.net emgestrela@noeduc.net
Sandra Regina da Costa Oliveira Josévia de Carvalho Ferreira Marceira Martha Montenegro Silva	E/SUBE/CPRE (04-16 GOI) C.M. OLIVEIRA E/SUBE/CPRE (04-16 GOI) C.M. OLIVEIRA 07 24601 cache Maria Regina	E/SUBE/CPRE (04-16 GOI) C.M. OLIVEIRA E/SUBE/CPRE (04-16 GOI) C.M. OLIVEIRA edjokmachek@uol.com.br
Sônia Regina Justino Fernanda Simoes Barbosa Leucy Jagilham de Albuquerque Lessa Maura Letícia Teixeira de Almeida	E/SUBE/CE 07-16-503 E/EP Adeline 01-16-812 Segmento Popson 07-16-812 - Diaria IV 07-16-503 - Proj. para C.H. Adeline	luizgobete@uol.com.br erica_alloy_moraes@gmail.com mfpulcinoneg@brturnd.com
Francisco Juvencio Alves Lisboa	Pai do aluno: ALYSSON	F. dasilva.lisboa@
Thaíngala Leimady Paiz Sandra Fiambroni Tane Maria dos Santos Ribeiro Kathlen Helena	E/SUBE/CPRE/CE RH. Spante E/SUBE/CPRE/CE RH. Spante E/SUBE/CPRE/CE RH. Spante E/SUBE/CPRE/CE RH. Spante	THAINGALA.PAIZ@PROEDUC.NET santofiambroni@proeduc.net tanemaria@proeduc.net kathlenh@proeduc.net



MINISTERIO PUBLICO
PELA EDUCACAO
ESCOLA COM PARTICIPACAO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Johanna da Silva	E.M. P.O. X Diretor	Tati.cavallari@educ.mg.gov.br
Elisabete Maria Periquês dos S. Naydena	EDS - Diretora	helenamaria@educ.mg.gov.br
Dona Maria de Jesus Xavier dos Santos	EPI (uma) Diretora	DonaMariaXavier@educ.mg.gov.br
Liziane Salgueiro de Oliveira	EPI (uma) Diretora	LizianeSalgueiro@educ.mg.gov.br
Andréa P.S. Bottegracia	EPI (uma) Diretora	AndreapBottegracia@educ.mg.gov.br
Sônia Regina Magalhães da Silva	E.M. de Pedagogia (Diretora)	soniamagalhaes@educ.mg.gov.br
Flávia Regina Lima de Almeida	EPI (uma) Diretora	flaviaregina@educ.mg.gov.br
Cláudia Aparecida de Almeida	EPI (uma) Diretora	claudiaaparecida@educ.mg.gov.br
Regina Celi Ribeiro de Almeida	EPI (uma) Diretora	regina@educ.mg.gov.br
Adriana Helena de Lima Perambro	EPI (uma) Diretora	adriana@educ.mg.gov.br
Yonaditl Veoura da Silva Santos	EPI (uma) Diretora	yonaditl@educ.mg.gov.br
Daniele dos Santos Silva (prof)	EPI (uma) Diretora	daniele@educ.mg.gov.br
SANDI LACERDA SILVA	EPI (uma) Diretora	sandi@educ.mg.gov.br
Sergista Maria Santos de Paiva	EPI (uma) Diretora	sergista@educ.mg.gov.br
Mariana Lúcia de Almeida Perambro	EPI (uma) Diretora	mariana@educ.mg.gov.br
Bianca Aparecida de Almeida Perambro	EPI (uma) Diretora	bianca@educ.mg.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME	SEGMENTO SOCIAL	E-MAIL
Mário Augusto Carricinho	Diretor	mariaaugustocarricinho@yaho.com.br
Márcia Cristine de Oliveira	Professora I	marciaoliveira@yaho.com.br
Dorivaldo de Souza	Diretor	dorivaldosouza@yaho.com.br
Kleber de Castro Alves	Diretor Adjunto	klebercastro@yaho.com.br
Regina de A. Ribeiro	Diretora	reginaaribeiro@yaho.com.br
Sérgio Augusto de Souza	Professor	sergiogsouza@yaho.com.br
Mônica Aparecida de Souza	Diretora	monicaaparecida@yaho.com.br
Dorivaldo de Souza	Diretor	dorivaldosouza@yaho.com.br
Sandra Aparecida de Souza	Diretora	sandraaparecida@yaho.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: FRANCISCO JUVÊNIO ALVES UCHOA

INSTITUIÇÃO: Escola Municipal Virgílio Várzea.

PERGUNTA: É possível pedir: ampliar os equipamentos - Computador etc. Posso fazer alguma alusão ao município = Belford Roxo?
Tenho filho: ESPECIAL. Não tem uma acompanhante.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

10/11/11

NOME: _____

INSTITUIÇÃO: _____

PERGUNTA: Como é feita a distribuição destes quase 6 bilhões destinadas à educação? Qual o critério utilizado?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Adelia Aguiar

INSTITUIÇÃO: CEC - EM Frederico Trilha

PERGUNTA: Qual o prazo recomendado ~~para~~
pelo Ministério Público para conclusão
destas recomendações?



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Maria Emília

INSTITUIÇÃO: EM Frederico Eyer

PERGUNTA: Durante um período a Bolsa Família
e o encaminhamento ao Conselho Tutelar
foram aliados na luta contra a infrequência
dos alunos. Atualmente não o são mais, o
aluno da Cidade de Deus está cada vez mais
infrequente e observadamente por motivos
bancários. Como o MP pode auxiliar na cobrança
legal às famílias de alunos infrequentes?

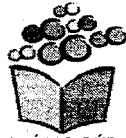


MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Sônia Regina Izidoro

INSTITUIÇÃO: CIEP D. Adeline da Palma Carlos

PERGUNTA: Quisiera de saber sobre a migração de P II



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: MARIO LARRUBIA

INSTITUIÇÃO: Presidência Cae

PERGUNTA: Gostaria de me colocar
questões as ações do CAE.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Eliziane Reis

INSTITUIÇÃO: Instituto de Educação e FUNDEC

PERGUNTA: em relação a Educação Superior, qual
o papel do MEC em relação a redução de
custos com a compra de equipamentos escolares
em relação a Lei nº 93/96, em que se

estabelece a possibilidade de estabelecer uma comissão
para o ensino.

a falta de proposta de cancelamento de...



MINISTÉRIO PÚBLICO
PELA EDUCAÇÃO
ESCOLA COM PARTICIPAÇÃO

NOME: Maria Patrícia Alvarenga

INSTITUIÇÃO: CIET ADELINO DA PALMA CARLOS

PERGUNTA: Sobre o FUNDEC: É o que financia a
remuneração do professor/func ou é